

▶ **A exclusão do ICMS do PIS e da  
COFINS**

**Os capítulos finais desta novela**

***Fabio Rodrigues***



# Fabio Rodrigues

Advogado, mestre em Ciências Contábeis e  
Doutorando em Ciências da Informação.

Professor em cursos de pós-graduação há mais  
de 10 anos, com milhares de alunos por todo o  
país. Autor de diversos livros na área jurídica e  
contábil.

Foi sócio na empresa Systax Sistemas Fiscais,  
focada no desenvolvimento de soluções para a  
área fiscal.

Cofundador da Busca Legal Tecnologia, startup  
que aplica inteligência artificial para a área  
tributária.

Diretor na BSSP Centro Educacional.

fabio.rodrigues@bssp.edu.br 

fabiorodriguesdeoliveira 

FabioRodriguesDeOliveira 

prof.fabiorodrigues 

# AGENDA



- Base de cálculo
- O que diz a Lei
- Evolução do RE nº 574.706/PR
- Onde buscas as informações para apuração dos valores?
- Como habilitar o crédito
- Reconhecimento da receita
- Tributação dos ganhos
- Discussões decorrentes

# Base de cálculo do PIS e da Cofins

## *NF com IPI e ST*

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor total dos produtos
10.000,00	1.800,00	19.500,00	1.710,00	10.000,00
Valor do frete	Valor do seguro	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	1.000,00	12.710,00

# O que diz a Lei?

## **Lei nº 8.981/95**

Art. 31. [...]

Parágrafo único. Na receita bruta, não se incluem as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não-cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário.

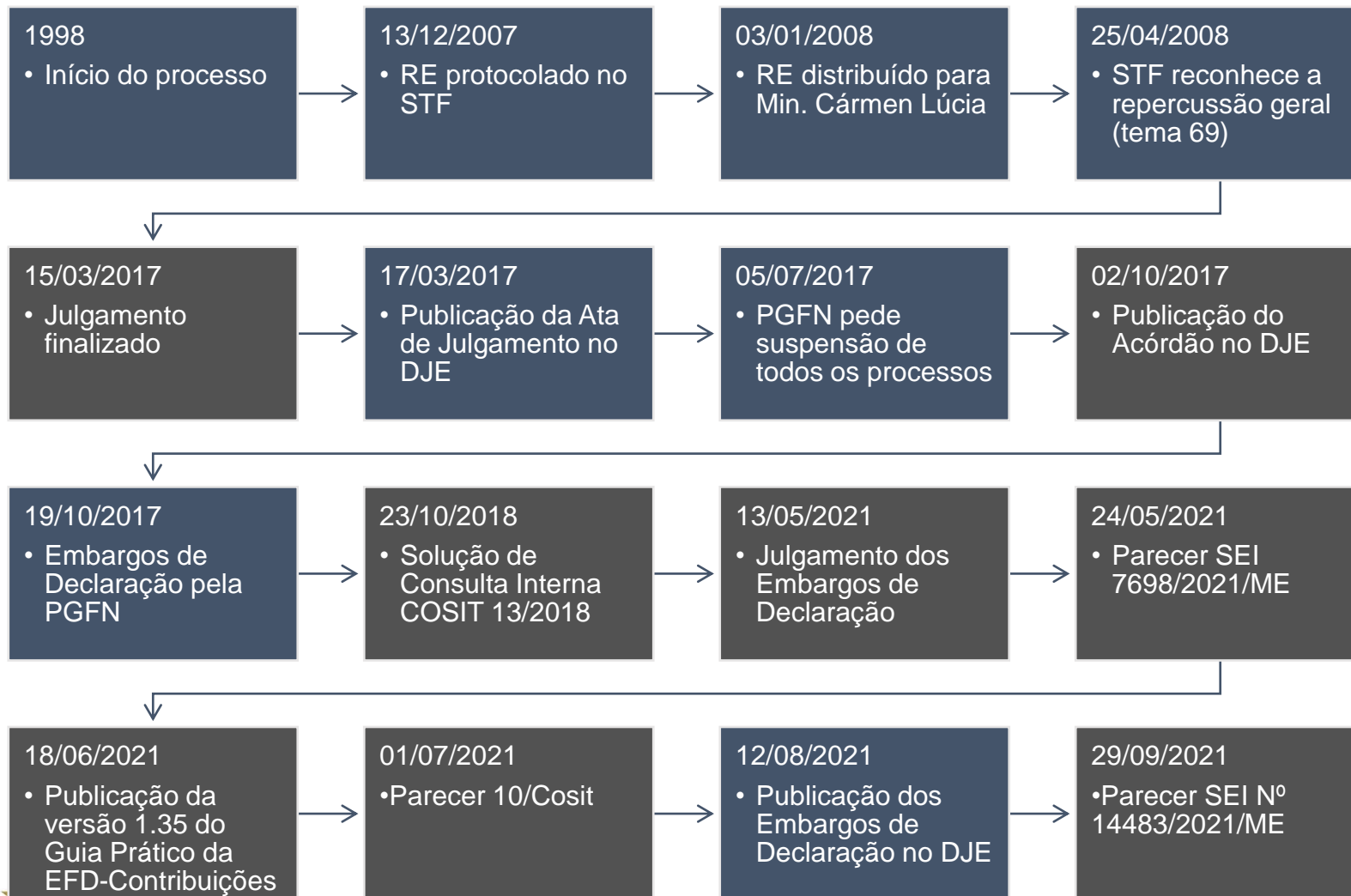
## **Decreto-Lei nº 1.598/77 (com redação dada pela Lei nº 12.973/2014)**

Art. 12. [...]

*§ 4º Na receita bruta, não se incluem os tributos não cumulativos cobrados, destacadamente, do comprador ou contratante, pelo vendedor dos bens ou pelo prestador dos serviços na condição de mero depositário.*



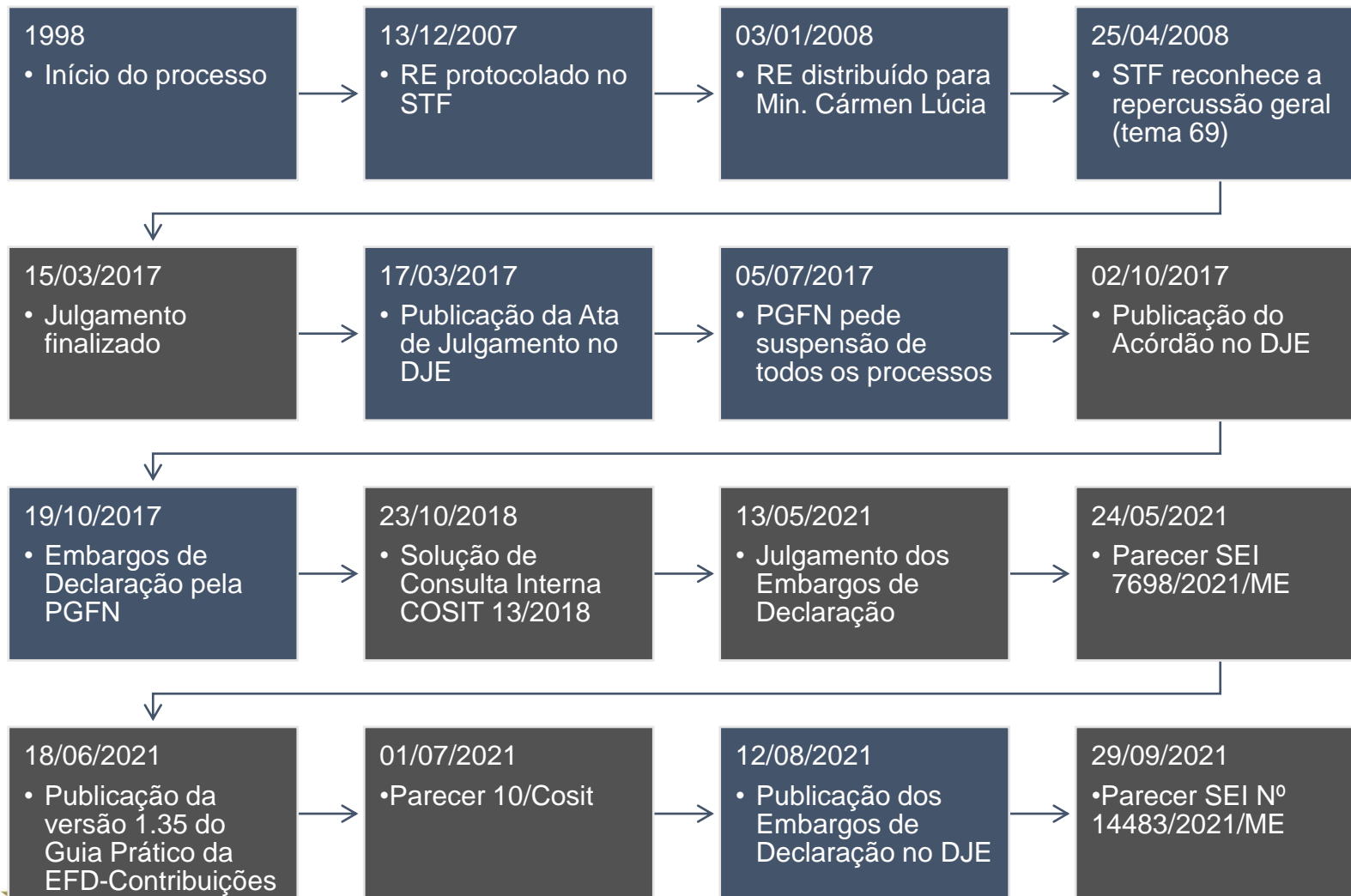
# Evolução do RE nº 574.706/PR



# Decisão

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, Ministra Cármen Lúcia (Presidente), apreciando o tema 69 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário e fixou a seguinte tese: **"O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins"**. Vencidos os Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Nesta assentada o Ministro Dias Toffoli aditou seu voto. Plenário, 15.3.2017.

# Evolução do RE nº 574.706/PR





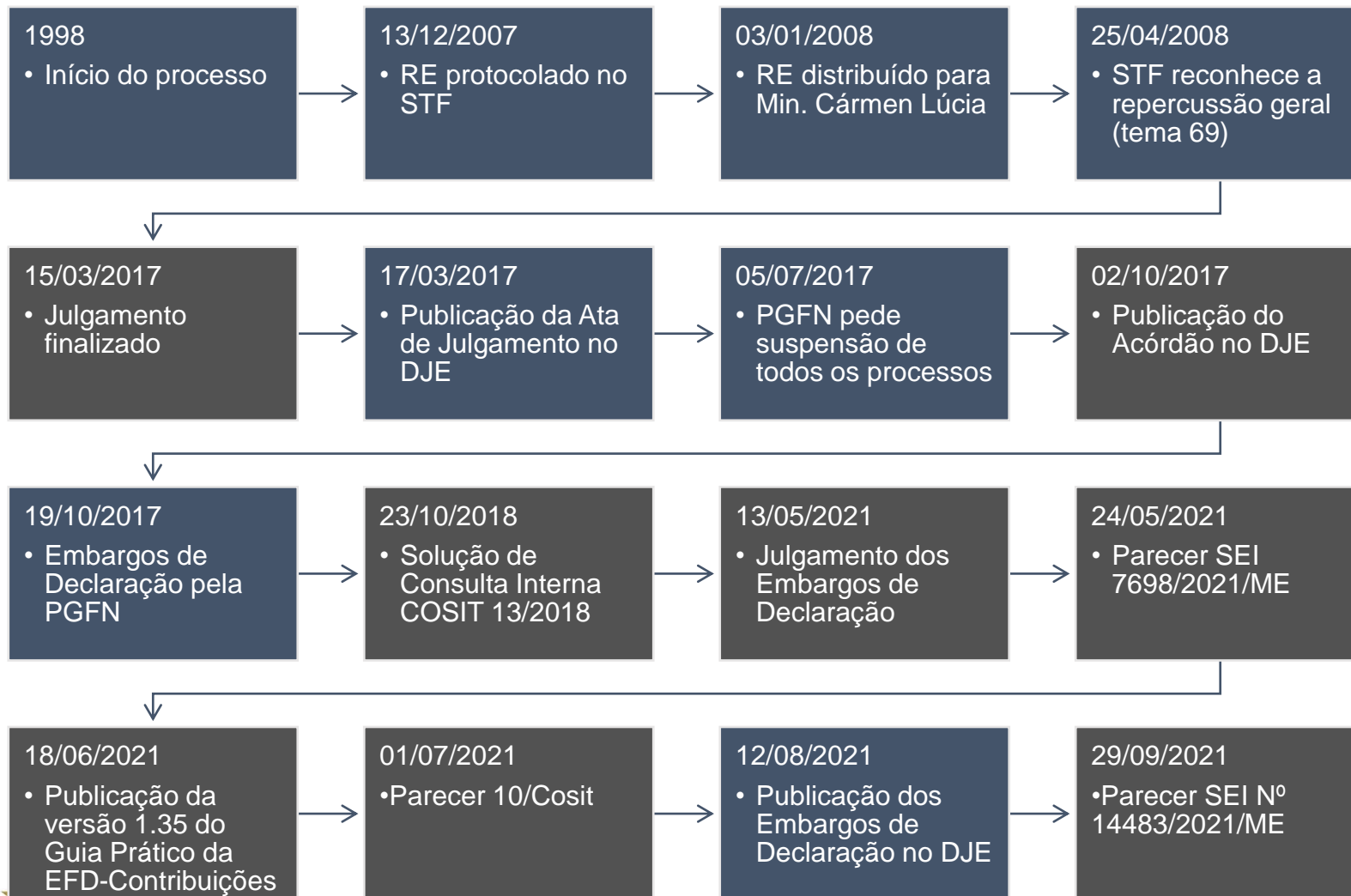
# Qual ICMS poderá ser excluído?

## Recurso Extraordinário nº 574.706 - Acórdão publicado pelo STF

1. Inviável a apuração do ICMS tomando-se cada mercadoria ou serviço e a correspondente cadeia, adota-se o sistema de apuração contábil. O montante de ICMS a recolher e apurado mês a mês, considerando-se o total de créditos decorrentes de aquisições e o total de débitos gerados nas saídas de mercadorias ou serviços: análise contábil ou escritural do ICMS.



# Evolução do RE nº 574.706/PR

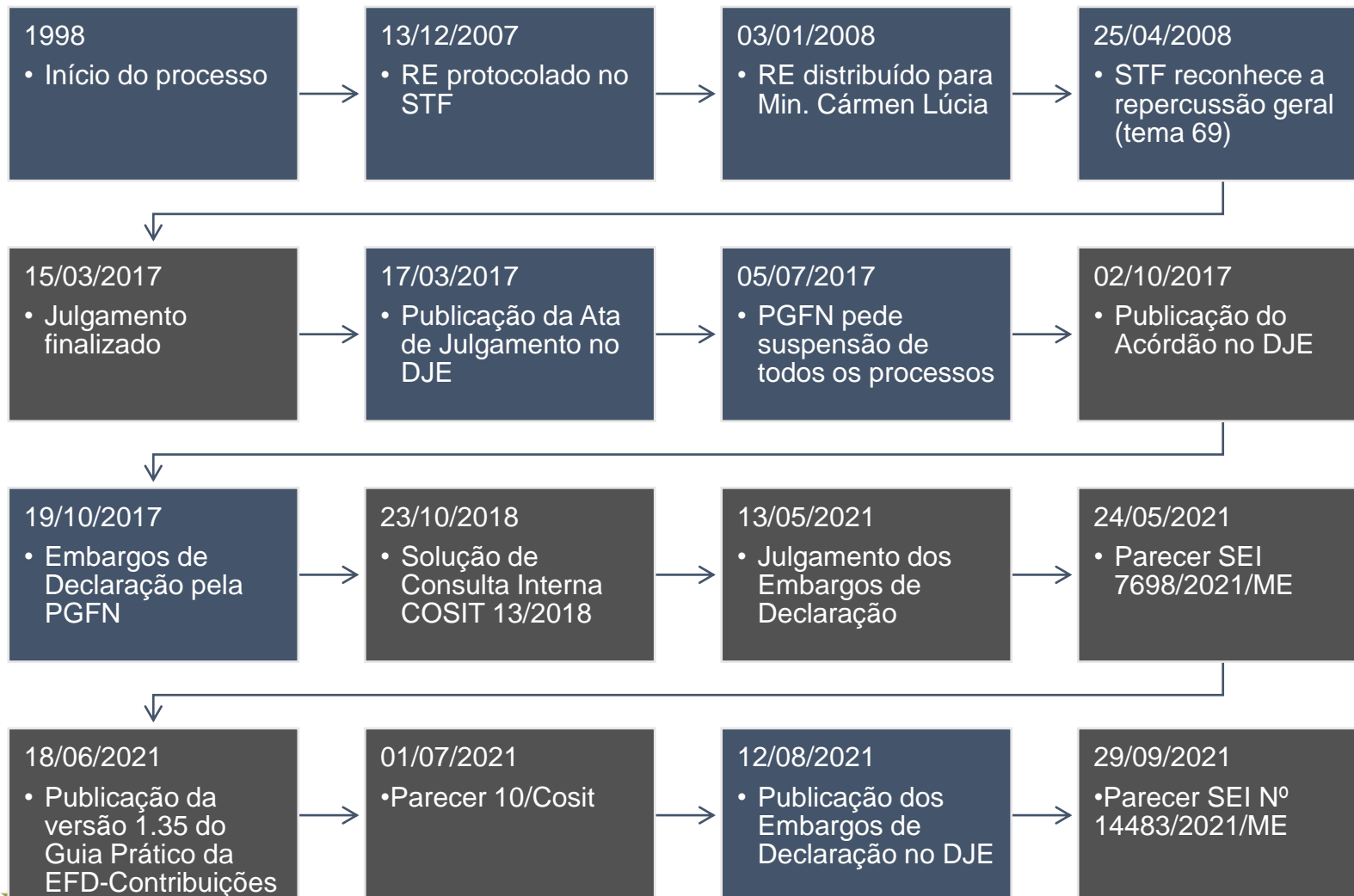


# Solução de Consulta Interna nº 13/2018 - Cosit

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO. Para fins de cumprimento das decisões judiciais transitadas em julgado que versem sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, no regime cumulativo ou não cumulativo de apuração, devem ser observados os seguintes procedimentos:

a) o montante a ser excluído da base de cálculo mensal da contribuição é o valor mensal do ICMS a recolher, conforme o entendimento majoritário firmado no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, pelo Supremo Tribunal Federal;  
[...]

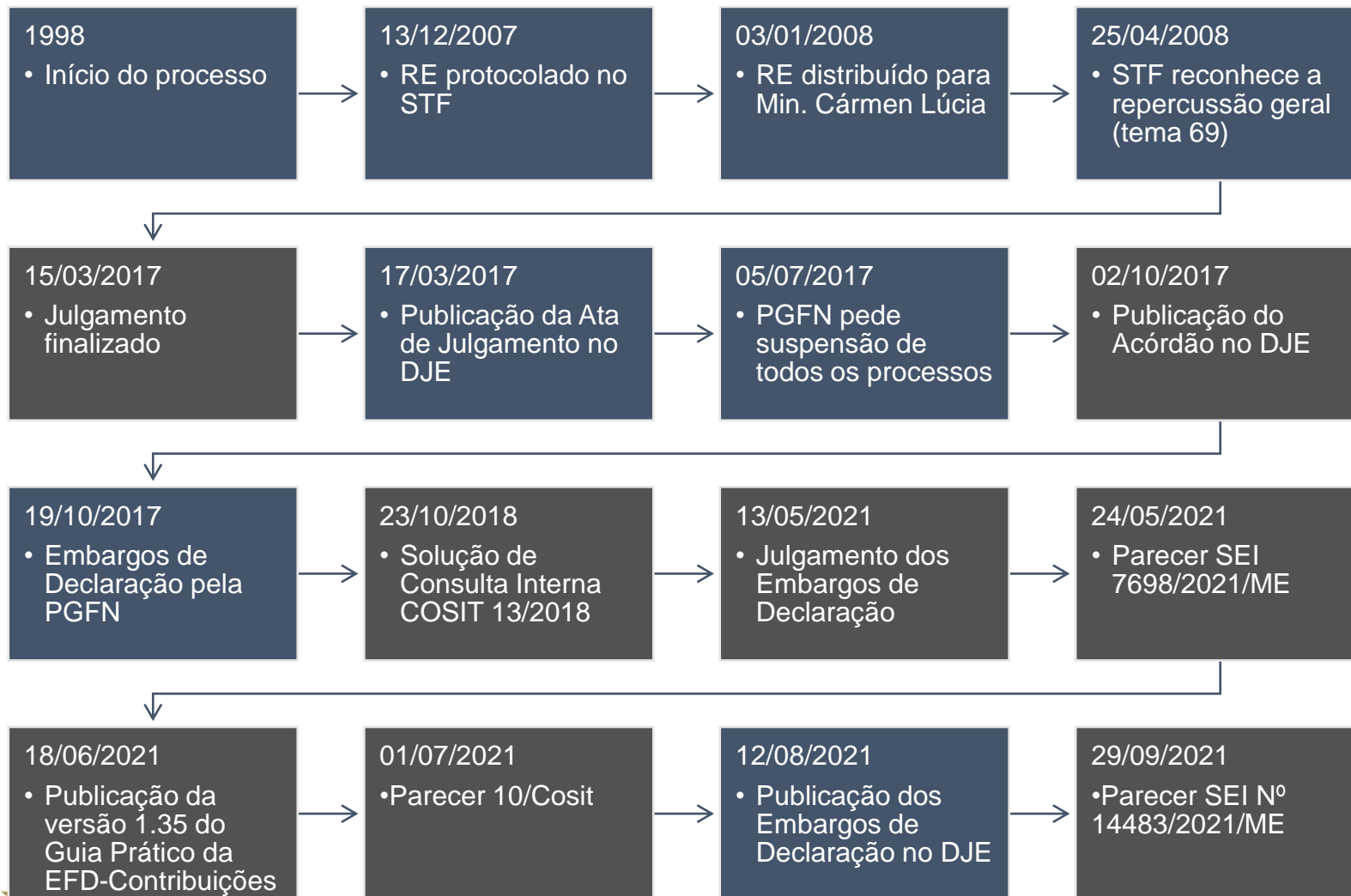
# Evolução do RE nº 574.706/PR



# Decisão

O Tribunal, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja **produção haverá de se dar após 15.3.2017** - data em que julgado o RE nº 574.706 e fixada a tese com repercussão geral "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS" -, **ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento**, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Marco Aurélio. Por maioria, rejeitou os embargos quanto à alegação de omissão, obscuridade ou contradição e, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, **prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado**, vencidos os Ministros Nunes Marques, Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Tudo nos termos do voto da Relatora. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 13.05.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

# Evolução do RE nº 574.706/PR

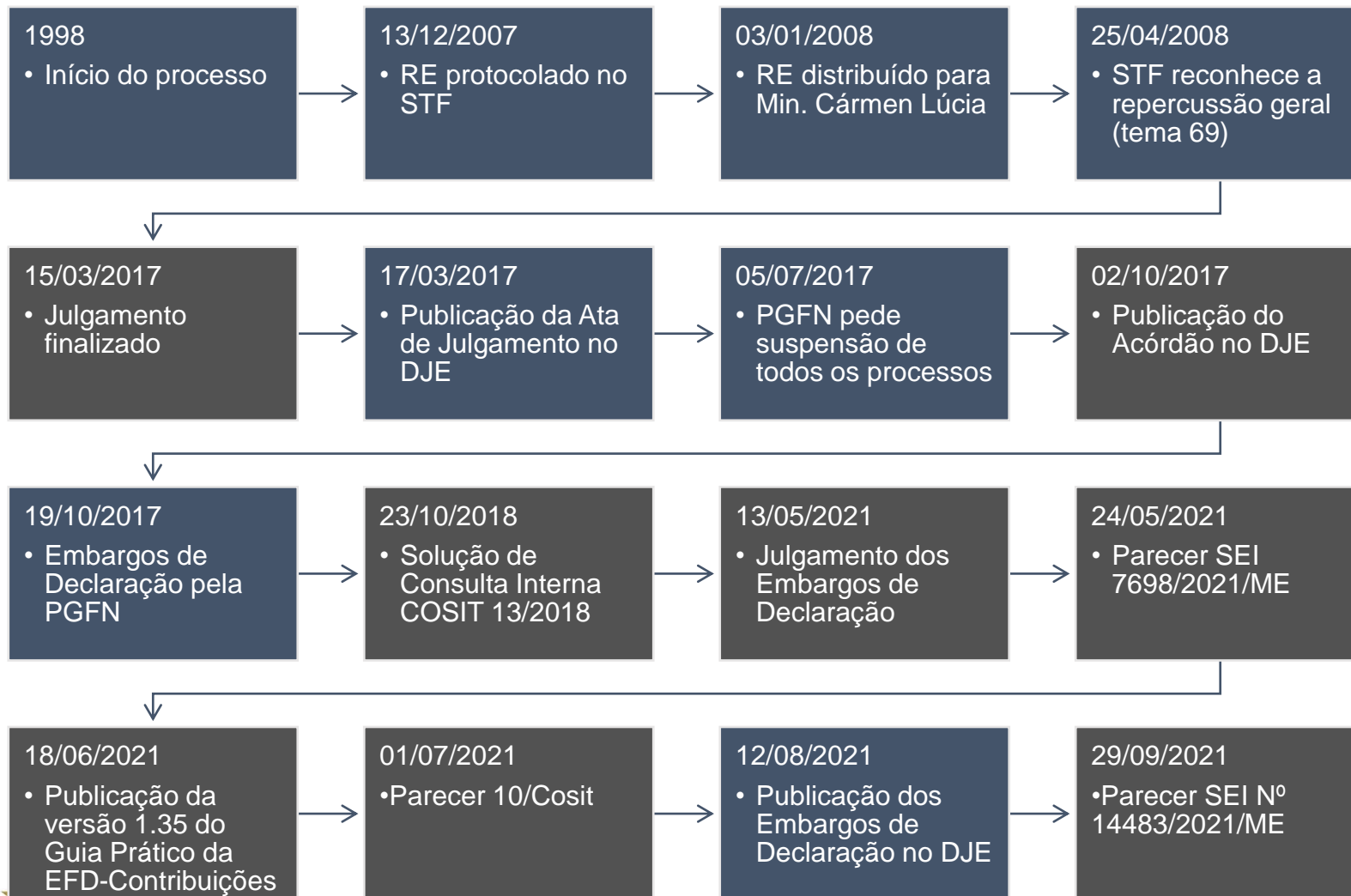




# Parecer SEI 7698/2021/ME

13. Diante disso, indispensável, ante os valores sopesados por ocasião da análise da modulação de efeitos, que todos os procedimentos, rotinas e normativos relativos à cobrança do PIS e da COFINS a partir do dia 16 de março de 2017 sejam ajustados, em relação a todos os contribuintes, considerando a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS destacado em notas fiscais na base de cálculo dos referidos tributos.

# Evolução do RE nº 574.706/PR



# Guia Prático da EFD Contribuições

## Versão 1.35: Atualização 18/06/2021

### Seção 11 – Observações sobre os efeitos das decisões judiciais na escrituração da EFD-Contribuições

Com a edição do PARECER SEI Nº 7698/2021/ME, a PGFN já explicita as orientações preliminares a serem observadas no cumprimento da decisão do STF, no que diz respeito aos seus aspectos incontroversos, estabelecendo que:

- Em relação às **receitas auferidas a partir de 16.03.2017**, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não integram a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, independentemente de a pessoa jurídica ter protocolado ou não ação judicial; e
- Em relação às **receitas auferidas até 15.03.2017**, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não integram a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, exclusivamente no caso de a pessoa jurídica ter protocolado ação judicial até 15.03.2017.

# Guia Prático da EFD Contribuições

## Versão 1.35: Atualização 18/06/2021

**Seção 12** – Operacionalização dos ajustes de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins Caso a pessoa jurídica ainda não tenha efetuado os ajustes da base de cálculo, com a exclusão da parcela do ICMS destacado em documento fiscal, estes ajustes deverão ser efetuados mediante:

1. transmissão da EFD-Contribuições original com os devidos ajustes, caso não tenha efetuado a transmissão referente ao período; ou
2. retificação da escrituração originalmente transmitida (vide Seção 9 – Retificação de Escrituração).

Ou seja, basta retificar a EFD-Contribuições!

# *Retificação da EFD-Contribuições*

## **Retificação da EFD-Contribuições**

- Para corrigir o valor do débito



## **Retificação da DCTF**

- Para que o valor do débito fique igual ao da EFD-Contribuições



## **PER/DCOMP**

- Pagamento indevido ou a maior
- Ganha SELIC

*Ou...*

## **Retificação da EFD-Contribuições**

- Utilizar valor menor de crédito e deixar saldo no Bloco 1



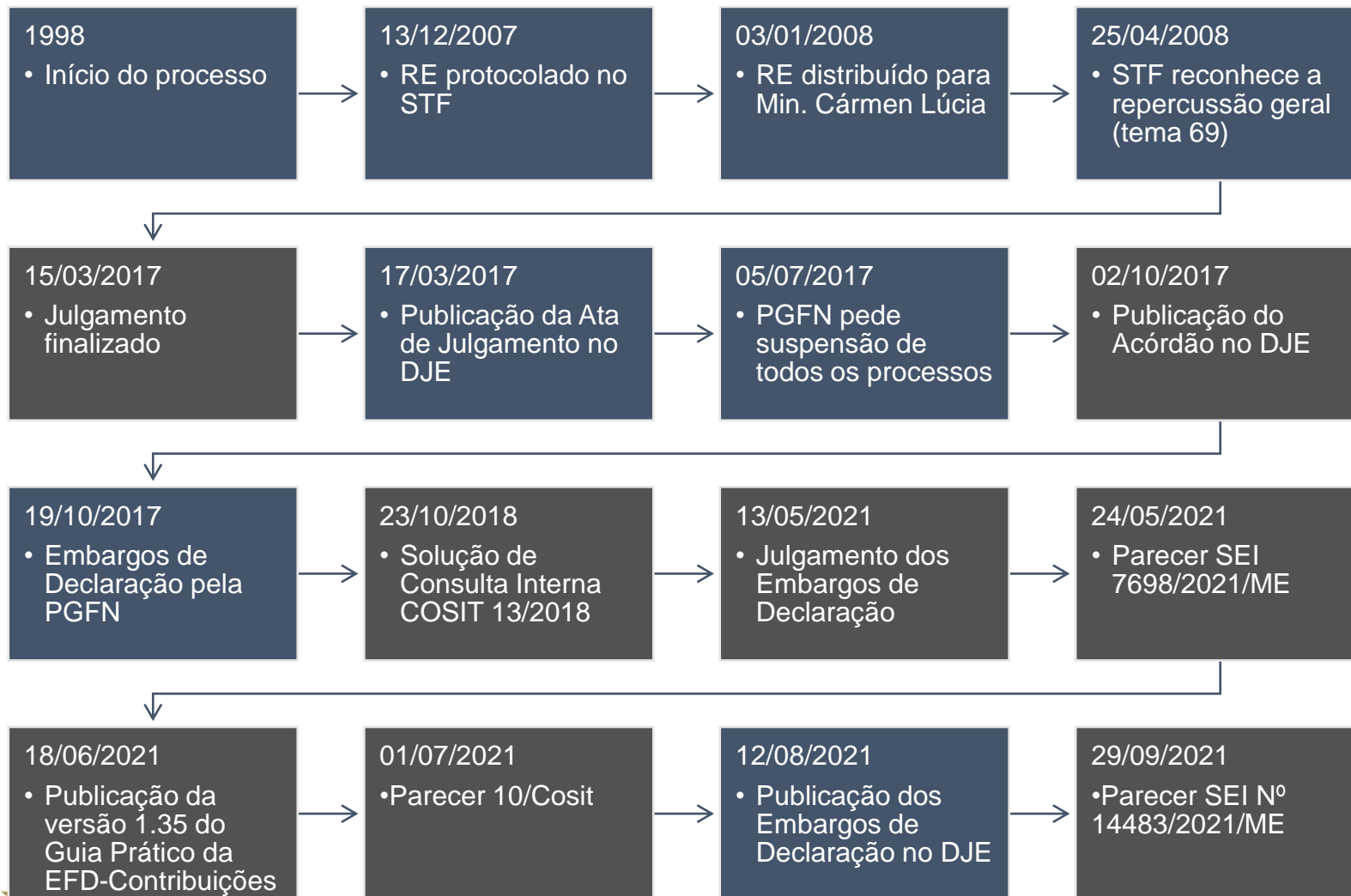
**Não é necessário retificar a DCTF**



## **Não haverá entrega de PER/DCOMP**

- Utilização na própria EFD-Contribuições
- Menos trabalho, mas perde a SELIC

# Evolução do RE nº 574.706/PR





# Parecer 10/Cosit

## *Sem efeito vinculante*

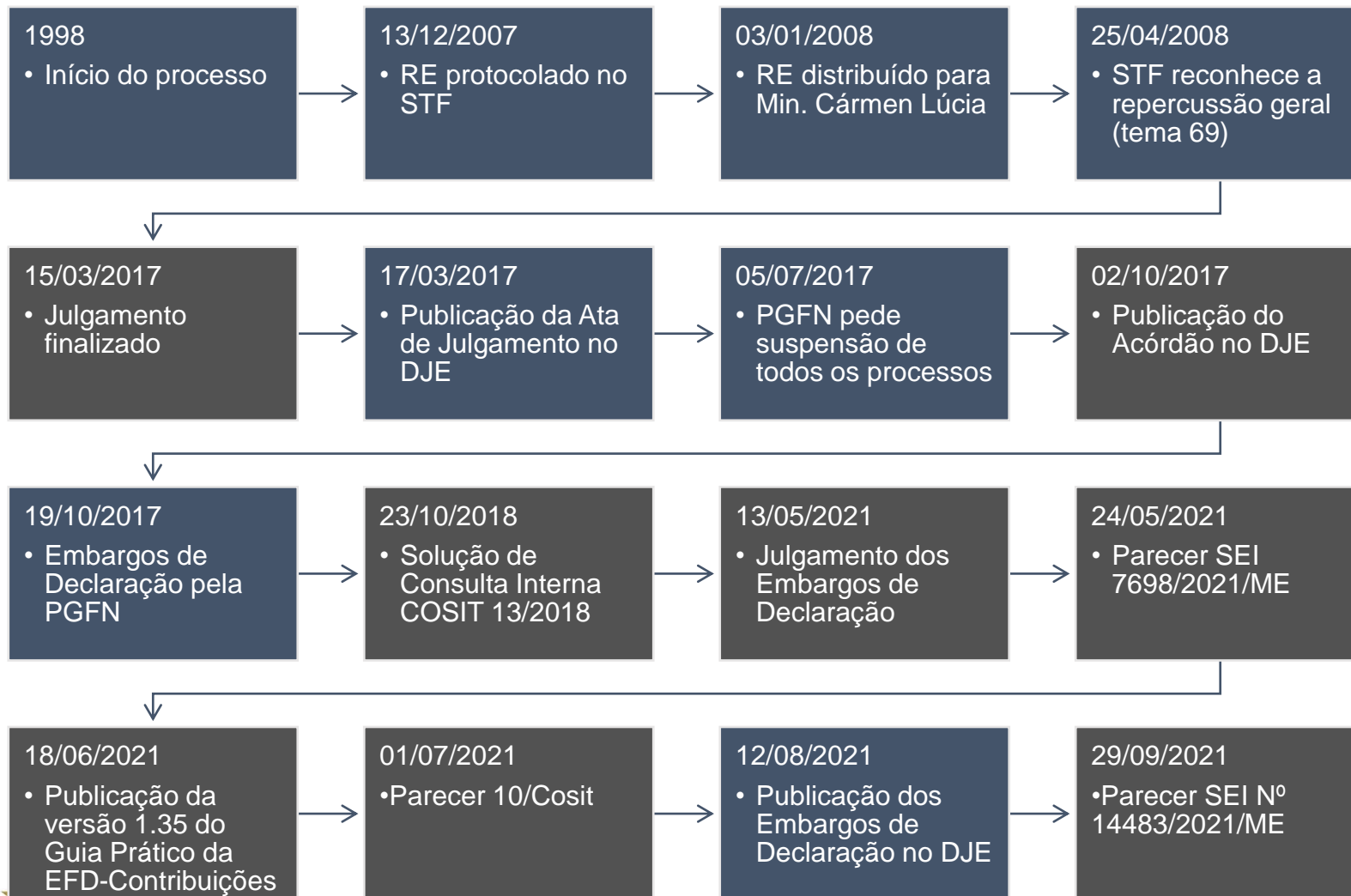
EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. BASE DE CREDITAMENTO. REPERCUSSÕES DA DECISÃO DO STF.

Tendo em vista a decisão do RE 574.706 pelo STF e dos respectivos embargos declaratórios, tem-se que:

Na apuração da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a venda, o valor do ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo, visto que não compõe o preço da mercadoria;

Na apuração dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep a compensar, o valor do ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo, visto que não compõe o preço da mercadoria.

# Evolução do RE nº 574.706/PR



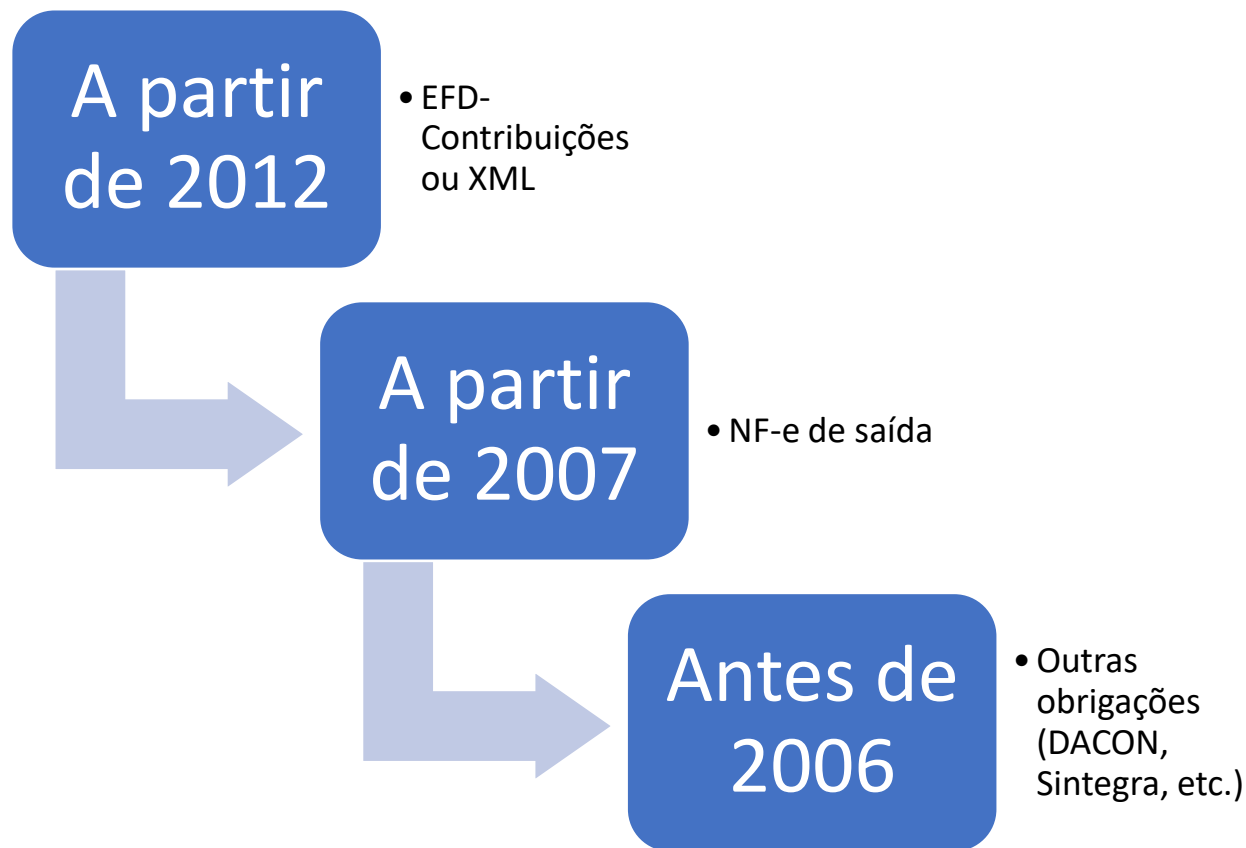
# Parecer SEI 14483/2021/ME

c) **não é possível**, com base apenas no conteúdo do acórdão, **proceder ao recálculo dos créditos apurados nas operações de entrada**, porque a questão não foi, nem poderia ter sido, discutida nos autos;

# Como operacionalizar a exclusão?



# Onde buscar as informações para calcular o ICMS a ser excluído?



# Habilitação e utilização do crédito

## *Empresas com decisão judicial*

### Como habilitar o crédito?

- IN RFB Nº 1717/2017, arts. 98 e seguintes

### Como utilizar o crédito?

- Prazo para utilizar os créditos: 5 anos contados do trânsito em julgado ou da homologação da desistência da execução do título judicial
- Portaria RFB nº 10/2021: institui equipe nacional de auditoria de créditos oriundos de ações judiciais em declarações de compensação referentes à exclusão do ICMS.
- Formas de utilização: restituição ou compensação via PER/DCOMP com qualquer tributo administrado pela RFB.



# Reconhecimento da receita

## Ato Declaratório Interpretativo RFB 25/03

Os valores a serem restituídos devem ser adicionados ao lucro real e à base de cálculo da CSLL se no passado foram considerados como despesas dedutíveis.

Os juros incidentes sobre o indébito tributário recuperado é receita nova e, sobre ela, incidem o IRPJ, a CSLL, a Cofins e o PIS/Pasep.

Momento da adição:

- Se a sentença definir o valor a ser restituído: no momento do trânsito em julgado da decisão
- Se a sentença não definir valor: no momento da expedição do precatório
- **Sentenças inexecutáveis (Mandado de Segurança):**
  - ✓ Entendimento RFB: no momento do trânsito em julgado (SD Cosit 19/03 e SC Disit 106/10)
  - ✓ Posicionamento defensável: momento da compensação

# Tributação da SELIC – RE 1063187 - 27/09/2021

“É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”

# Discussões decorrentes

- No caso de operação com ICMS já substituído, é possível a exclusão do PIS e da COFINS?
- É possível a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS?
- É possível a exclusão do ICMS da CPRB?
- É possível a exclusão do ICMS do IR e da CSLL do Lucro Presumido?
- E do Simples Nacional?
- É possível a exclusão do PIS e da COFINS de suas próprias bases de cálculo?

exclusão**fácil.**

# Leitura de Arquivos



## Operação:

Transportadoras (CT-e modelo 57)

Lucro real

Lucro presumido

XML



## Operação:

Indústrias e Distribuidoras e demais  
(NF-e modelo 55)

Lucro real

Lucro  
presumido

Escrituração detalhada -  
EFD Contribuições ou  
XML



## Operação:

Varejo (NF-e modelo 55, NFC-e  
modelo 65)

Lucro real

Lucro presumido

XML/SAT

e

# exclusão**fácil.**

---

Experimente Grátis

Fale com um consultor

 <https://exclusaofacil.com.br/?refcode=1DB159>


 contato@exclusaofacil.com.br

 @exclusaofacil |  (62) 3923-9354





 (62) 3123 1920  (62) 99321 2949

   bsspcentroeducacional

**Conheça nossos Cursos**

**BSSP.EDU.BR**

**BSSP**  
CENTRO EDUCACIONAL